

VALOR DA CAUSA

Portal do Conhecimento / Súmulas / Súmulas do TJRJ e Tribunais Superiores

SÚMULA TJ Nº 163

“O VALOR DA CAUSA NA DENUNCIÇÃO DA LIDE, FUNDADA EM CONTRATO DE SEGURO, CORRESPONDE À EXTENSÃO DO EXERCÍCIO DO DIREITO DE REGRESSO, NÃO PODENDO, EM QUALQUER HIPÓTESE, EXCEDER O VALOR DA APÓLICE.”

REFERÊNCIA: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 0014101-57.2011.8.19.0000 - JULGAMENTO EM 22/11/2010 - RELATOR: DESEMBARGADORA LEILA MARIANO. VOTAÇÃO UNÂNIME.

(VER: [CONTRATO DE SEGURO](#), [DENUNCIÇÃO DA LIDE](#))

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

SÚMULA STF Nº 502

NA APLICAÇÃO DO ART. 839 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, COM A REDAÇÃO DA LEI 4290, DE 5/12/1963, A RELAÇÃO VALOR DA CAUSA E SALÁRIO MÍNIMO VIGENTE NA CAPITAL DO ESTADO, OU DO TERRITÓRIO, PARA O EFEITO DE ALÇADA, DEVE SER CONSIDERADA NA DATA DO AJUIZAMENTO DO PEDIDO.

[PESQUISA DE INTEIRO TEOR](#)

ENUNCIADO – AVISO TJ Nº 94

57. O VALOR DA CAUSA NA DENUNCIÇÃO DA LIDE, FUNDADA EM CONTRATO DE SEGURO, CORRESPONDE À EXTENSÃO DO EXERCÍCIO DO DIREITO DE REGRESSO, NÃO PODENDO, EM QUALQUER HIPÓTESE, EXCEDER O VALOR DA APÓLICE.

PRECEDENTES: AGINST 2005.002.13747, TJERJ, 2ª C. CÍVEL, JULGADO EM 17/08/05. AGINST 2003.002.19155, TJERJ, 9ª C. CÍVEL, JULGADO EM 17/02/04.

(VER: [CONTRATO DE SEGURO](#))

[AVISO TJ Nº 94, DE 04/10/2010](#)

ENUNCIADO – ATO TJ Nº SN12

ENUNCIADO 39 - EM OBSERVÂNCIA AO ART. 2º DA LEI 9.099/1995, O VALOR DA CAUSA CORRESPONDERÁ À PRETENSÃO ECONÔMICA OBJETO DO PEDIDO.

Todo conteúdo disponível nesta página é meramente informativo, não substitui em hipótese alguma, a publicação do Diário Oficial.

(VER: [JUIZADOS ESPECIAIS](#))

ENUNCIADO 50 - PARA EFEITO DE ALÇADA, EM SEDE DE JUIZADOS ESPECIAIS, TOMAR-SE-Á COMO BASE O SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL.

(VER: [JUIZADOS ESPECIAIS](#))

ENUNCIADO 87 - A LEI 10.259/2001 NÃO ALTERA O LIMITE DA ALÇADA PREVISTO NO ARTIGO 3º, INCISO I, DA LEI 9099/1995 (APROVADO NO XV ENCONTRO - FLORIANÓPOLIS/SC).

(VER: [JUIZADOS ESPECIAIS](#))

ENUNCIADO 133 (NOVO) - O VALOR DE ALÇADA DE 60 SALÁRIOS MÍNIMOS PREVISTO NO ARTIGO 2º DA LEI 12.153/09 , NÃO SE APLICA AOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS, CUJO LIMITE PERMANECE EM 40 SALÁRIOS MÍNIMOS. (APROVADO POR UNANIMIDADE NO XXVII FONAJE - PALMAS/TO - 26 A 28 DE MAIO DE 2010).

(VER: [JUIZADOS ESPECIAIS](#))

[ATO TJ Nº SN12, DE 23/06/2010](#)

ENUNCIADO – AVISO TJ Nº SN23

2.3.1 - TODAS AS CAUSAS DA COMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS ESTÃO LIMITADAS A 40 SALÁRIOS MÍNIMOS.

(VER: [COMPETÊNCIA](#), [JUIZADOS ESPECIAIS](#))

2.3.2 - NA HIPÓTESE DE NÃO ATRIBUIÇÃO DE VALOR À CAUSA, OU DE DISCREPÂNCIA ENTRE O VALOR ATRIBUÍDO PELO RECLAMANTE E O VALOR DO PEDIDO, O ÓRGÃO JUDICIAL DEVERÁ, RESPECTIVAMENTE, FIXÁ-LO OU RETIFICÁ-LO, DE OFÍCIO, PARA PRESERVAR A EXATIDÃO DA BASE DE CÁLCULO DO RECOLHIMENTO DA TAXA JUDICIÁRIA.

(VER: [JUIZADOS ESPECIAIS](#))

2.3.3 - O VALOR DA CAUSA DEVE CORRESPONDER AO BENEFÍCIO ECONÔMICO PRETENDIDO PELO AUTOR, NO MOMENTO DA PROPOSITURA DA AÇÃO, INDEPENDENTEMENTE DO VALOR DO CONTRATO, MESMO QUANDO O LITÍGIO TENHA POR OBJETO A EXISTÊNCIA, VALIDADE, CUMPRIMENTO, MODIFICAÇÃO OU RESCISÃO DE NEGÓCIO JURÍDICO.

8.5 - AUSÊNCIA DE ADVOGADO NA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO (AIJ) - JULGAMENTO DA LIDE

A AUSÊNCIA DE ADVOGADO NA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO (AIJ), EM FEITO DE VALOR SUPERIOR A 20 SALÁRIOS MÍNIMOS PERMITE QUE O JUIZ DISPENSE A INSTRUÇÃO E JULGUE A LIDE "NO ESTADO".

(VER: [JUIZADOS ESPECIAIS](#))

8.6 - VALIDADE DE ACORDO NO PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

NO PROCEDIMENTO DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS É VÁLIDO O ACORDO CELEBRADO PELAS PARTES, INDEPENDENTEMENTE DA ASSISTÊNCIA DE ADVOGADO, MESMO NAS CAUSAS DE VALOR SUPERIOR A 20 SALÁRIOS MÍNIMOS.

(VER: [JUIZADOS ESPECIAIS](#))

[AVISO TJ Nº 23, DE 02/07/2008](#)

ENUNCIADO – AVISO TJ Nº 29

2.9 - DIREITO DE VIZINHANÇA - VALOR DA CAUSA - COMPETÊNCIA A COMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS PARA JULGAR OS CONFLITOS DE VIZINHANÇA DECORRE UNICAMENTE DO CRITÉRIO DO VALOR.

(VER: [COMPETÊNCIA](#), [JUIZADOS ESPECIAIS](#))

[AVISO TJ Nº 29, DE 03/08/2005](#)

ENUNCIADO - AVISO TJ Nº 48

2.9 – VARIAÇÃO CAMBIAL – VALOR DA CAUSA – COMPETÊNCIA O JUIZADO ESPECIAL CÍVEL NÃO É COMPETENTE PARA O PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DAS AÇÕES DECORRENTES DA VARIAÇÃO CAMBIAL NOS CONTRATOS DE NATUREZA FINANCEIRA, EM RAZÃO DO VALOR DA CAUSA, QUE DEVE CORRESPONDER AO PREÇO DO NEGÓCIO JURÍDICO.

(VER: [COMPETÊNCIA](#), [JUIZADOS ESPECIAIS](#))

4.2.2 - RESPOSTA DO RÉU - VALOR DA CAUSA NA HIPÓTESE DE PEDIDO DE VALOR ATÉ 20 SALÁRIOS-MÍNIMOS, É ADMITIDO PEDIDO CONTRAPOSTO, DE VALOR SUPERIOR AO DA INICIAL, ATÉ O LIMITE DE 40 SALÁRIOS-MÍNIMOS, SENDO OBRIGATÓRIA A ASSISTÊNCIA DE ADVOGADO AO RÉU.

[AVISO TJ Nº 48, DE 21/09/2001](#)

ENUNCIADO – AVISO TJ Nº 47

1. O JUIZ DEVERA RETIFICAR DE OFICIO O VALOR DA CAUSA, DESDE QUE HAJA CRITÉRIO LEGAL ESPECÍFICO PARA SUA FIXAÇÃO, DETERMINANDO O RECOLHIMENTO DA DIFERENÇA DA TAXA JUDICIÁRIA NO PRAZO DE TRINTA DIAS, SOB PENA DE CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO (ART. 257 CPC).

(VER: [CUSTAS E TAXA JUDICIÁRIA](#), [PRAZO](#))

2. NAS AÇÕES DE DESPEJO CUMULADA COM COBRANÇA DE ALUGUERES SERÃO SOMADOS OS VALORES DAS DUAS CAUSAS, SENDO QUE A AÇÃO DE DESPEJO (12 VES O VALOR DO ALUGUEL) E A AÇÃO DE COBRANÇA (O VALOR DO DÉBITO) - ART. 259, II DO CPC.

(VER: [AÇÃO DE COBRANÇA](#), [CUSTAS E TAXA JUDICIÁRIA](#))

3. A TAXA JUDICIÁRIA SERÁ CALCULADA SOBRE O VALOR DA CAUSA FIXADO DE ACORDO COM O CÓDIGO TRIBUTÁRIO ESTADUAL.

Todo conteúdo disponível nesta página é meramente informativo, não substitui em hipótese alguma, a publicação do Diário Oficial.

(VER: [CUSTAS E TAXA JUDICIÁRIA](#), [TRIBUTÁRIO](#))

4. QUANDO HOVER INCOMPATIBILIDADE ENTRE O VALOR DA CAUSA E O RITO PROPOSTO, NAS ACOES EM QUE O PEDIDO E GENERICO DEVERA O JUIZ DETERMINAR A EMENDA DA INICIAL PARA A CORRECAO DO RITO OU A ADEQUACAO DO VALOR DA CAUSA.

6. QUANDO HOVER PEDIDO 'MINIMO' NAS ACOES DE INDENIZACAO POR DANO MORAL O VALOR DA CAUSA DEVE CORRESPONDER AO PEDIDO 'MINIMO'.

(VER: [DANO MORAL](#), [INDENIZAÇÃO](#))

10. NAS ACOES DE CONSIGNACAO EM PAGAMENTO O VALOR DA CAUSA CORRESPONDERA AO VALOR DA OFERTA MAIS UMA ANUIDADE.

[AVISO TJ Nº 47, DE 19/09/2001](#)

ENUNCIADO – AVISO TJ 29

ENUNCIADOS CÍVEIS:

ENUNCIADO 2 - AS CAUSA CIVEIS ENUMERADAS NO ART. 275, INCISO II, DO CODIGO DE PROCESSO CIVIL, AINDA QUE DE VALOR SUPERIOR A QUARENTA SALARIOS MINIMOS, PODEM SER PROPOSTAS NO JUIZADO ESPECIAL.

(VER: [JUIZADOS ESPECIAIS](#))

ENUNCIADO 39 - EM OBSERVANCIA AO ART. 2., DA LEI 9.099/95, O VALOR DA CAUSA CORRESPONDERA A PRETENSAO ECONOMICA OBJETO DO PEDIDO.

(VER: [JUIZADOS ESPECIAIS](#))

[AVISO TJ Nº 29, DE 13/06/2000](#)

ENUNCIADO – AVISO TJ 56

ENUNCIADOS CÍVEIS:

2.3 - VALOR DA CAUSA - TODAS AS CAUSAS DA COMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS ESTÃO LIMITADAS A 40 SALÁRIOS MÍNIMOS.

(VER: [JUIZADOS ESPECIAIS](#))

2.8 - VARIAÇÃO CAMBIAL - VALOR DA CAUSA – COMPETÊNCIA - O JUIZADO ESPECIAL CÍVEL NÃO É COMPETENTE PARA O PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DAS AÇÕES DECORRENTES DA VARIAÇÃO CAMBIAL NOS CONTRATOS DE NATUREZA FINANCEIRA, EM RAZÃO DO VALOR DA CAUSA, QUE DEVE CORRESPONDER AO PREÇO DO NEGÓCIO JURÍDICO.

(VER: [JUIZADOS ESPECIAIS](#))

2.9 - DIREITO DE VIZINHANCA - VALOR DA CAUSA – COMPETÊNCIA - A COMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS PARA JULGAR OS CONFLITOS DE VIZINHANÇA DECORRE UNICAMENTE DO CRITÉRIO DO VALOR.

Todo conteúdo disponível nesta página é meramente informativo, não substitui em hipótese alguma, a publicação do Diário Oficial.

(VER: [COMPETÊNCIA](#), [DIREITO DE VIZINHANÇA](#), [JUIZADOS ESPECIAIS](#))

4.2.2 - RESPOSTA DO RÉU - VALOR DA CAUSA - NA HIPÓTESE DE PEDIDO DE VALOR ATÉ 20 SALÁRIOS-MÍNIMOS, E ADMITIDO PEDIDO CONTRAPOSTO, DE VALOR SUPERIOR AO DA INICIAL, ATÉ O LIMITE DE 40 SALÁRIOS-MÍNIMOS, SENDO OBRIGATÓRIA A ASSISTÊNCIA DE ADVOGADO AO RÉU.

(VER: [JUIZADOS ESPECIAIS](#))

[AVISO TJ Nº 56, DE 11/11/1999](#)

ENUNCIADO – AVISO TJ Nº 40

ENUNCIADO Nº 09

O JUIZADO ESPECIAL CÍVEL NÃO É COMPETENTE PARA O PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DAS AÇÕES DECORRENTES DA VARIAÇÃO CAMBIAL NOS CONTRATOS DE NATUREZA FINANCEIRA, EM RAZÃO DO VALOR DA CAUSA QUE DEVE CORRESPONDER AO PREÇO DO NEGÓCIO JURÍDICO.

[AVISO TJ Nº 40, DE 17/08/1999](#)

ENUNCIADO – AVISO TJ Nº 32

II - ENUNCIADOS CÍVEIS:

39) EM OBSERVÂNCIA AO ART. 2º, DA LEI 9.099/95, O VALOR DA CAUSA CORRESPONDERÁ À PRETENSÃO ECONÔMICA OBJETO DO PEDIDO.

(VER: [JUIZADOS ESPECIAIS](#))

[AVISO TJ Nº 32, DE 29/06/1999](#)

ENUNCIADO – AVISO TJ Nº 18

ENUNCIADOS FINAIS – CÍVEIS

II - O VALOR ESTABELECIDO NO INCISO I DO ART. 3º NÃO LIMITA TODAS AS CAUSAS DE MENOR COMPLEXIDADE. (POR MAIORIA)

(VER: [JUIZADOS ESPECIAIS](#))

[AVISO TJ Nº 18, DE 22/10/1997](#)

ENUNCIADO – AVISO CGJ Nº 143

ENUNCIADO Nº 2

RESSALVADAS AS HIPÓTESES § 2º DO ART. 3º E DO ART. 51, INCISO II DA LEI Nº 9.099/95, AS CAUSAS DE QUALQUER NATUREZA, TAIS COMO DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO, CONSIGNATÓRIAS, CAUTELARES ETC, QUE NÃO EXCEDAM 40 SALÁRIOS MÍNIMOS, SÃO DA COMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS.

JUSTIFICATIVA: COM ESSE ENUNCIADO, QUIS-SE EXPLICITAR QUE A COMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS NÃO SE RESTRINGEM ÀS HIPÓTESES CONTEMPLADAS NOS INCISOS II, III, IV DO ART. 3º DA LEI.

Todo conteúdo disponível nesta página é meramente informativo, não substitui em hipótese alguma, a publicação do Diário Oficial.

AO CONTRÁRIO, AO LADO DE UMA COMPETÊNCIA FIRMADA EM RAZÃO DA MATÉRIA, SEM LIMITE DE VALOR (INCISOS II E III DO ART. 3º), EXISTE UM CRITÉRIO LEVANDO EM CONTA EXCLUSIVAMENTE O VALOR (INCISO I) E SOBRE QUESTÕES NÃO PERTINENTES ÀQUELES INCISOS.

PROPOSITADAMENTE, O ENUNCIADO REFERIU-SE ÀS AÇÕES CAUTELARES, DE DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO E CONSIGNATÓRIAS, UMA VEZ QUE PODERIA ADVIR PERPLEXIDADES RESULTANTES DE ERRÔNEA SUPOSIÇÃO DE HAVER ALGUMA INCOMPATIBILIDADE PROCEDIMENTAL, O QUE NÃO OCORRE COM ESSAS PRETENSÕES, QUE PODEM SER DEDUZIDAS NO JUIZADO, OBSERVADO O LIMITE DE VALOR.

(VER: [COMPETÊNCIA, JUIZADOS ESPECIAIS](#))

ENUNCIADO Nº 4
AS HIPÓTESES PREVISTAS NO ART. 3º. II E III, DA LEI Nº 9.099, DE 16/09/95, NÃO SOFREM LIMITE DE VALOR.

JUSTIFICATIVA: A LEI UTILIZOU DOIS CRITÉRIOS DIVERSOS, PARA ESTABELECEER QUAIS AÇÕES CONSIDERA DE MENOR COMPLEXIDADE, PARA FIM DE SUA APLICAÇÃO. NO PRIMEIRO, CONSTANTE DO INCISO I DO ARTIGO CITADO NO ENUNCIADO, USOU A LEI O CRITÉRIO DO VALOR DA CAUSA, ACERTANDO QUE, TODAS AQUELAS COM VALOR INFERIOR A 40 SALÁRIOS MÍNIMOS, ESTARIAM A ELA SUJEITAS. O SEGUNDO CRITÉRIO, ESPECIFICADO NOS INCISOS II E III, É EM RAZÃO DA MATÉRIA.

DESSA FORMA, NÃO FICAM AS AÇÕES PREVISTAS NOS INCISOS II E III SUJEITAS AO LIMITE ESTABELECIDO NO INCISO I, JÁ QUE, SE TAL OCORRESSE, ELAS JÁ ESTARIAM CONTIDAS NESSE ÚLTIMO, SENDO DESNECESSÁRIA A EXISTÊNCIA DAQUELES.

NEM SE DIGA QUE O INCISO IV PODERIA AFASTAR ESSE RACIOCÍNIO, POR MENCIONAR AÇÕES ESPECÍFICAS E, APESAR DISSO, LIMITAR SEU VALOR, POR ISSO QUE, REFERINDO-SE ÀS AÇÕES POSSESSÓRIAS IMOBILIÁRIAS, QUE, SE DE FORÇA NOVA TÊM RITO ESPECIAL NO CÓD. DE PROCESSO CIVIL, PARECEU O LEGISLADOR PRETENDER APENAS REFORÇAR O ENTENDIMENTO DE QUE, MESMO HAVENDO RITO ESPECIAL E SENDO IMOBILIÁRIAS, ESTARIAM À LEI DOS J.E. CÍVEIS SUJEITAS.

(VER: [JUIZADOS ESPECIAIS](#))

[AVISO CGJ Nº 143, DE 07/12/1995](#)

ENUNCIADO – AVISO CGJ Nº 4

ENUNCIADO Nº VIII – O VALOR DA CAUSA, NAS ACOES RENOVATORIA E REVISIONAL PROPOSTAS SOB A EGIDE DA LEI N. 8.245/91, E DE DOZE VEZES O VALOR DO ALUGUEL VIGENTE NA EPOCA DA PROPOSITURA DA Acao; PARA O EFEITO DE RECOLHIMENTO DE TAXA JUDICIARIA, SERA OBSERVADA A LEGISLACAO TRIBUTARIA ESTADUAL.

(VER: [AÇÃO DE REVISÃO DE CONTRATO, CUSTAS E TAXA JUDICIÁRIA, DIREITO IMOBILIÁRIO, LOCAÇÃO](#))

[AVISO CGJ Nº 4, DE 11/01/1993](#)

Todo conteúdo disponível nesta página é meramente informativo, não substitui em hipótese alguma, a publicação do Diário Oficial.

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Diretoria-Geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento
Departamento de Gestão e Disseminação do Conhecimento

Pesquisa elaborada e disponibilizada pelo
Serviço de Captação e Estruturação do Conhecimento
Divisão de Organização de Acervos do Conhecimento

Para sugestões, elogios e críticas: seesc@tjrj.jus.br